Diário Oficial do MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Estância

Segunda-feira • 13 de Abril de 2026 • Ano VIII • Nº 5037

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Resumo

- LEI Nº 2.562 DE 08 DE ABRIL DE 2026- Reconhece o Bloco Carnavalesco Abaisanas como Patrimônio Histórico Cultural Imaterial do Município de Estância e dá outras providências.
- LEI Nº 2.563 DE 08 DE ABRIL DE 2026- Dispõe sobre a denominação de logradouro e dá outras providências.
- LEI Nº 2.564 DE 10 DE ABRIL DE 2026- Institui Infrações Administrativas Com O Fim De Coibir Atos Contrários À Liberdade Religiosa No Âmbito Municipal.
- LEI Nº 2.565 DE 10 DE ABRIL DE 2026- Dispõe Sobre O Regime Excepcional E Transitório Para A Prestação Do Serviço Público De Transporte Coletivo De Passageiros No Município De Estância/Se Até A Conclusão Do Procedimento Licitatório E Dá Outras Providências.
- LEI Nº 2.566 DE 10 DE ABRIL DE 2026- Dispõe Sobre O Reajuste Na Tabela De Tarifas Do Serviço De Transporte Alternativo De Passageiros Executado No Município De Estância/Se Nos Percursos Das Linhas 001 E 002 E Dá Outras Providências.
- LEI Nº 2.567 DE 10 DE ABRIL DE 2026- Altera Os Artigos 2º E 3º Da Lei Nº 2.462 De 12 De Junho De 2025, Que Autoriza O Poder Executivo Municipal A Doar Um Terreno Ao Instituto Federal De Sergipe - Campus De Estância E Dá Outras Providências.
- LEI Nº 2.568 DE 10 DE ABRIL DE 2026- Altera O Art. 4º Da Lei Nº 2.559 De 26 De Março De 2026 — Institui, No Âmbito Do Município De Estância/Se, O Comitê Municipal De Gestão Colegiada Da Rede De Cuidado E Proteção De Crianças E Adolescentes — Vítimas Ou Testemunhas De Violência - CMRPC, E Da Outras Providências.
- LEI Nº 2.569 DE 10 DE ABRIL DE 2026- Autoriza O Poder Executivo Municipal A Adquirir Bem Imóvel Através De Desapropriação Amigável E/Ou Judicial E Dá Outras Providências.

Acesse o QR Code e tenha acesso a esse diário na íntegra

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: M0M2NZYZOEMWODEZRTHENE

Leis

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Estado de Sergipe
Município de Estância

Via de Autógrafo do Projeto de Lei nº 05/2026, de autoria da vereadora Marta Monteiro dos Santos de Jesus, aprovado pela Câmara Municipal na Sessão Ordinária no dia 24/03/2026.

Estância, 08 **de** Abril **de 2026.**

LEI Nº 2.562

DE 08 **DE** ABRIL **DE 2026.**

Reconhece o Bloco Carnavalesco Abaisanas como Patrimônio Histórico Cultural Imaterial do Município de Estância e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ESTÂNCIA, ESTADO DE SERGIPE, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Fica declarado como Patrimônio Histórico Cultural Imaterial do Município de Estância o Bloco Carnavalesco Abaisanas, tradicional manifestação cultural realizada na Praia do Abaís.

Art. 2º- O reconhecimento de que trata esta Lei, tem por finalidade preservar, valorizar e promover o Bloco Carnavalesco Abaisainas como expressão da cultura popular, da identidade histórica e das tradições carnavalescas do município de Estância.

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Praça Barão do Rio Branco, N.º 76 – Centro – Estância/SE
Fone: (79) 3522-1143

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Art. 3º- O Poder Executivo Municipal, por meio dos órgãos competentes, poderá adotar medidas visando:

I- à preservação da memória histórica do Bloco Carnavalesco Abaisanas;
II- ao incentivo à realização de ações culturais, educativas e turísticas relacionadas ao bloco;
III- à inclusão do Bloco Abaianas em programas, projetos e políticas públicas de valorização da cultura popular;
IV- ao apoio institucional para a manutenção e continuidade de suas atividades tradicionais.

Art. 4º- O Bloco Carnavalesco Abaisanas deverá integrar oficialmente o rol de bens culturais imateriais do Município de Estância, podendo constar em cadastros, inventários e registros culturais mantidos pelo Poder Público Municipal.

Art. 5º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito do Município de Estância/SE 08 de Abril de 2026.

Cristóvão Freire dos Santos
Prefeito do Município de Estância/SE em exercício

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Via de Autógrafo do Projeto de Lei nº 21/2026, de autoria do vereador Jorge Paulo Fonseca Santos, aprovado pela Câmara Municipal na Sessão Ordinária no dia 24/03/2026.

Estância, 08 **de** Abril **de 2026.**

LEI Nº 2.563

DE 08 **DE** ABRIL **DE 2026.**

Dispõe sobre a denominação de logradouro e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ESTÂNCIA, ESTADO DE SERGIPE, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Fica denominada Rua REGIVALDO CARLOS DOS SANTOS à Rua conforme localização geográfica em anexo, nas proximidades da Mercearia Ponto do queijo na Rodovia Ayrton Senna, localizada no Povoado Ribuleirinha, neste Município.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito do Município de Estância/SE, 08 de Abril de 2026.

Cristóvão Freire dos Santos
Prefeito do Município de Estância/SE em exercício

Praça Barão do Rio Branco, N.º 76 – Centro – Estância/SE
Fone: (79) 3522-1143

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO EM INTEIRO TEOR

NOME

REGIVALDO CARLOS DOS SANTOS

MATRÍCULA

1104110255 2010 4 00016 219 0009230 33

LIVRO: 16 TERMO: 9.230 FOLHA: 219

Certifico, para os devidos fins de direito e na melhor forma da Lei, que no livro **C -16**, às **fls. 219**, sob **nº 9.230**, nas notas deste Cartório do 2º Ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais, consta lavrado o seguinte registro: Em **doze** de **julho** de **dois mil e dez** (**12/07/2010**), nesta cidade de Estância - Sergipe, neste Cartório, compareceu o(a) Sr.(a) **MARLI CHAGAS SOARES SANTOS** e perante as testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, declarou que no dia **dez** de **julho** de **dois mil e dez (10/07/2010)**, às 18:15 horas, em **Estância/SE**, faleceu o Sr. **REGIVALDO CARLOS DOS SANTOS**, do sexo masculino, lavrador, solteiro, com trinta e nove (39) anos de idade, nascido no dia 30 de maio de 1971, filho do Sr. Epitácio Carlos Santos e de D. Maria Lima Soares, residentes e domiciliados nesta cidade, tendo declarado o óbito o médico Dr. Rodolfo Muniz Barreto Neto. Lido e achado conforme assina as testemunhas: Débora Alencar Oliveira e Maria de Fátima Lima de Oliveira, ambos residentes e domiciliados nesta Cidade. Eu, Edilene dos Santos Oliveira, Escrevente Autorizada, subscrevo e assino. O referido é verdade e dou fé.

OBS: (2ª Via) Esta certidão não inclui elementos de averbação e/ou anotação.

Custas: R$ 25,00; Ferd/TJ: R$ 5,00; Selo: R$ 0,05; Guia nº 206110002421

Edilene dos Santos Oliveira

Bel. Sérgio Abi-Sáber Rodrigues Pedrosa
Oficial Titular
Edilene dos Santos Oliveira
Escrevente Autorizada

CARTORIO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE ESTÂNCIA
CNPJ: 08.804.586/0001-80
Sérgio Abi-Sáber Rodrigues Pedrosa - Oficial
Débora Alencar Oliveira - Escrevente
Fone/Fax: (79) 3522-1771 - Estância

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SERGIPE
SELO DE AUTENTICIDADE
0427719

Estância, 13 de julho de 2011.

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Estado de Sergipe
Município de Estância

Via de Autógrafo do Projeto de Lei nº 105/2025, de autoria do vereador Pedro Kaique Freire Menezes, aprovado pela Câmara Municipal na Sessão Ordinária no dia 18/03/2026.

Estância, 10 **de** Abril **de 2026.**

LEI Nº 2.564

DE 10 **DE** ABRIL **DE 2026.**

INSTITUI INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS COM O FIM DE COIBIR ATOS CONTRÁRIOS À LIBERDADE RELIGIOSA NO ÂMBITO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ESTÂNCIA, ESTADO DE SERGIPE, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Esta Lei institui infrações administrativas com o fim de coibir os atos contrários à liberdade religiosa no âmbito municipal.

Art. 2º- A violação à liberdade religiosa sujeita o infrator às sanções de natureza administrativas previstas na presente Lei, sem prejuízo das sanções previstas no Código Penal, além de respectiva responsabilização civil pelos danos provocados.

Art. 3º- Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração direta ou indireta, bem como a vaga/cargo nas concessionárias de serviços público e em outras empresas, instituições e associações contratadas e/ou parceiras do poder público municipal, por motivo de discriminação religiosa e/ou intolerância religiosa enseja:

I – multa administrativa de 01(um) a 10 (dez) salários mínimos nacional, no caso do infrator ser primário;

Praça Barão do Rio Branco, N.º 76 – Centro – Estância/SE
Fone: (79) 3522-1143

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

II- em caso de reincidência, a aplicação em dobro da multa administrativa anteriormente cominada, podendo a multa ser cumulada com a sanção administrativa de suspenção, por até 90(noventa) dias, da licença/autorização de funcionamento, de atividades e serviços cuja outorga fora concedida pela administração direta ou indireta do Município, quando couber.

Parágrafo único- Incorre na mesma sanção administrativa quem, por motivo de discriminação religiosa, obstar a promoção funcional, obstar a promoção funcional, obstar outra forma de benefício profissional ou proporcionar ao servidor público e também ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, especialmente quanto à renumeração.

Art. 4º- Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau, por discriminação e /ou intolerância religiosa enseja:

I- Multa administrativa de 01(um) a 10(dez) salários mínimos nacional, no caso do infrator ser primário;
II- Em caso de reincidência, a aplicação em dobro da multa administrativa anteriormente cominada, podendo a multa ser cumulada com a sanção administrativa de suspensão, por até 90(noventa) dias, da licença/ autorização de funcionamento, de atividades e serviços cuja outorga fora concedida pela administração direta ou indireta do Município, quando couber.

Art. 5º- Impedir, por discriminação religiosa e/ou intolerância religiosa, o acesso ou uso de transportes públicos ou qualquer outro meio de transporte concedido, enseja:

I- Multa administrativa de 01(um) a (dez) salários mínimos nacional, no caso do infrator ser primário;
II- Em caso de reincidência, a aplicação em dobro da multa administrativa anteriormente cominada, podendo a multa ser cumulada com a sanção administrativa de suspensão, por até 90 (noventa) dias, da licença/autorização de funcionamento, de atividades e serviços cuja outorga fora concedida pela administração direta ou indireta do Município, quando couber.

Art. 6º- Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos, por discriminação religiosa e/ou intolerância religiosa enseja:

I- Multa administrativa de 01(um) a 10(dez) salários mínimos nacional, no caso do infrator ser primário;
II- Em caso de reincidência, a aplicação em dobro da multa administrativa anteriormente cominada, podendo a multa ser cumulada com a sanção administrativa de suspensão, por até 90(noventa) dias, da licença/autorização

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

de funcionamento, de atividades e serviços cuja outorga fora concedida pela administração direta ou indireta do Município, quando couber.

Art. 7º- Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos comerciais em geral, estabelecimentos esportivos, clubes sociais abertos ao público ou locais semelhantes abertos ao público por motivo de discriminação religiosa e/ou intolerância religiosa enseja:

I- multa administrativa de 01(um) a 10(dez) salários mínimos nacional, no caso do infrator ser primário;
II- em caso de reincidência, aplicação em dobro da multa administrativa anteriormente cominada, podendo a multa ser acumulada com a sanção administrativa de suspensão, por até 90(noventa) dias, da licença/autorização de funcionamento, de atividades e serviços cuja outorga fora concedida pela administração direta ou indireta do Município, quando couber.

Art. 8º- Praticar, induzir ou incitar a discriminação religiosa enseja:

I- multa administrativa de 01(um) a 10(dez) salários mínimos nacional, no caso do infrator ser primário;
II- em caso de reincidência, aplicação em dobro da multa administrativa anteriormente cominada, podendo a multa ser cumulada com a sanção administrativa de suspensão, por até 90(noventa) dias, da licença/autorização de funcionamento, de atividades e serviços cuja outorga fora concedida pela administração direta ou indireta do Município, quando couber.

Art. 9º- Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa, impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso, vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso enseja:

I- multa administrativa de 01(um) a 10(dez) salários mínimos nacional, no caso do infrator ser primário;
II- em caso de reincidência, a aplicação em dobro da multa administrativa anteriormente cominada, podendo a multa ser cumulada com a sanção administrativa de suspensão, por até 90(noventa) dias, da licença/ autorização de funcionamento, de atividades e serviços cuja outorga fora concedida pela administração direta ou indireta do Município, quando couber.

Art. 10- Injuriar alguém, ofendendo- lhe a dignidade ou o decoro utilizando de elementos referentes à religião enseja:

I- multa administrativa de 01(um) a 10 (dez) salários mínimos nacional, no caso do infrator ser primário;

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

II- em caso de reincidência, aplicação em dobro da multa administrativa anteriormente cominada, podendo a multa ser cumulada com a sanção administrativa de suspensão, por até 90(noventa) dias, da licença/autorização de funcionamento, de atividades e serviços cuja outorga fora concedida pela administração direta ou indireta do Município, quando couber.

Art. 11- Proibir a livre expressão e manifestação da religião ou crença, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos enseja:

I- multa administrativa de 01(um) a 10 (dez) salários mínimos nacional, no caso do infrator ser primário;

II- em caso de reincidência, aplicação em dobro da multa administrativa anteriormente cominada, podendo a multa ser cumulada com a sanção administrativa de suspensão, por até 90(noventa) dias, da licença/autorização de funcionamento, de atividades e serviços cuja outorga fora concedida pela administração direta ou indireta do Município, quando couber.

Art. 12- Proibir e/ou restringir o uso de trajes religiosos por parte de candidatos em concursos públicos ou processos seletivos para provimentos de cargos públicos e empregos públicos, bem como para fins de provas admissionais, matricula e frequência de alunos nas escolas da rede pública e privada de ensino que não adotem uniformes padronizados enseja:

I- multa administrativa de 01(um) a 10 (dez) salários mínimos nacional, no caso do infrator ser primário;

II- em caso de reincidência, aplicação em dobro da multa administrativa anteriormente cominada, podendo a multa ser cumulada com a sanção administrativa de suspensão, por até 90(noventa) dias, da licença/autorização de funcionamento, de atividades e serviços cuja outorga fora concedida pela administração direta ou indireta do Município, quando couber.

Art. 13- Incutir em alunos, valendo-se da posição de superioridade hierárquica de professor, convicções religiosas e ideológicas que violem a liberdade religiosa.

I- Multa administrativa de 2(dois) salários mínimos nacional, no caso do infrator ser primário;

Parágrafo único – As aulas de ensino religioso ministradas nas escolas confessionais nos termos previstos no inciso II, do art. 20da Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação não

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

constituem violação à liberdade religiosa, tampouco implicam na infração administrativa prevista no *caput*.

Art. 14- Escarnecer dos alunos e de seus familiares em razão de crença, valendo-se da posição de superioridade hierárquica de professor.

I- Multa administrativa de 5(cinco) salários mínimos nacional, no caso do infrator ser primário;

Art. 15- Os valores das multas administrativas poderão ser elevados em até 10(dez) vezes, quando for verificado que, em razão do porte do estabelecimento ou instituição, no caso de pessoas jurídicas, as sanções resultarem inócuas.

Art. 16- Se quaisquer das infrações administrativas forem cometidas por intermédio dos meios de comunicação social, redes sociais na internet ou publicação de qualquer natureza, os valores de multas poderão ser elevados em até 10(dez) vezes.

Parágrafo único- Na hipótese do caput, a autoridade competente para apuração das infrações administrativas poderá:

I- proceder ao recolhimento imediato dos exemplares do material;
II- determinar a cessação das transmissões radiofônicas, televisivas, eletrônicas ou da publicação por qualquer meio;
III- interditar as mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores.

Art. 17- Serão levados em consideração na aplicação das sanções administrativas:

I- a gravidade da infração;
II- o efeito negativo produzido pela infração;
III- a situação econômica do infrator;
IV- a reincidência.

Art. 18- São passíveis de punição, na forma da presente Lei, a Administração direta e indireta e seus agentes públicos: agentes políticos: servidores públicos, os concessionários, permissionários e qualquer contratado e delegatário do Município; entidades parceiras e conveniadas com o Município; escolas privadas com funcionamento autorizado pelo Município; organizações religiosas; e, ainda, qualquer

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

instituição, grupo de pessoas ou particulares, os cidadãos e qualquer organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos de caráter privado, instaladas no Município, que praticarem as infrações administrativas descritas nesta Lei.

Art. 19- Verificada, por qualquer meio, a prática dos atos discriminatórios a que se refere esta Lei, deverá ser aberto processo administrativo com a seguintes finalidades:

I- identificar o infrator, se for o caso;
II- estabelecer o contraditório e a ampla defesa;
III- fixar o valor da multa;
IV- notificar o infrator para pagamento no prazo regulamentar.

Art. 20- Cabe ao Poder Executivo Municipal regulamentar o procedimento administrativo para apurar os atos discriminatórios a que se refere esta Lei, alé, de outros aspectos que também necessitem de regulamentação.

Art. 21- Os recursos provenientes desta Lei deverão ser aplicados de acordo com lei específica, a critério do Poder Executivo Municipal.

Art. 22- As multas não pagas serão inscritas em dívida ativa do Município.

Art. 23- A autoridade competente que, tendo conhecimento das infrações previstas nesta Lei, não adotar providências para a apuração dos fatos, será responsabilizada penal, civil e administrativamente nos termos da legislação específica aplicável.

Art. 24- As despesas decorrentes da implantação dessa Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 25- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Estância/SE 10 de Abril de 2026.

Cristóvão Freire dos Santos
Prefeito do Município de Estância/SE em exercício

Praça Barão do Rio Branco, N.º 76 – Centro – Estância/SE
Fone: (79) 3522-1143

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Via de Autógrafo do Projeto de Lei nº 37/2026, de autoria do Poder Executivo, aprovado pela Câmara Municipal na Sessão Extraordinária no dia 07/04/2026.

Estância, 10 de Abril de 2026

LEI Nº 2.565

DE 10 DE ABRIL DE 2026.

DISPÕE SOBRE O REGIME EXCEPCIONAL E TRANSITÓRIO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE ATÉ A CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA, ESTADO DE SERGIPE, CRISTÓVÃO FREIRE DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do art. 80, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Estância,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Art 1º. Esta Lei dispõe sobre o regime excepcional e transitório para a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros no Município de Estância/SE, até a conclusão do procedimento licitatório destinado à **delegação regular da prestação do serviço**.

Parágrafo único. O regime previsto nesta Lei tem por finalidade assegurar a continuidade do serviço público essencial de transporte coletivo, garantindo o atendimento da população enquanto se realiza o procedimento licitatório.

CAPÍTULO II

DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PRECÁRIA

Art. 2º. Durante o período transitório previsto nesta Lei, a prestação do serviço público de transporte coletivo será realizado mediante autorizações administrativas precárias, expedidas pelo Poder Executivo, por intermédio da Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito de Estância – SMTT.

§1º. As autorizações terão caráter precário, unilateral e revogável a qualquer tempo, não constituindo concessão ou permissão de serviço público, nem gerando exclusividade na prestação do serviço.

§2º. A autorização será formalizada mediante Termo de Autorização, expedido pela SMTT, no qual constarão as condições para a prestação do serviço.

§3º. No período transitório aqui previsto, continuarão a prestar o serviço os atuais operadores que já se encontram em atividade no sistema de transporte municipal, nos moldes da Lei Municipal nº 1.244, de 06 de junho de 2006 e da Lei Municipal nº 1.267, de 08 de maio de 2007, observadas as condições estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 09 de setembro de 2020, entre o Município de Estância/SE e o Ministério Público do Estado de Sergipe, através da Promotoria de Justiça

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Especial Cível e Criminal e da 2ª Promotoria de Justiça de Estância, vigorando a autorização apenas até a conclusão do procedimento licitatório.

§4º. A autorização prevista neste artigo não implica reconhecimento de direito adquirido, estabilidade ou preferência em eventual procedimento licitatório.

§5º. As autorizações serão concedidas, observado o limite previsto no art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III

DO PRAZO DO REGIME TRANSITÓRIO

Art. 3º. O regime transitório previsto nesta Lei vigorará até a homologação do procedimento licitatório destinado à **delegação regular da prestação do serviço público de transporte coletivo municipal**.

Parágrafo único. A homologação da licitação implicará a extinção automática das autorizações expedidas, independentemente de notificação ou indenização.

CAPÍTULO IV

DA LICITAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 4º. O Município de Estância promoverá o competente procedimento licitatório para a **outorga da prestação regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros**, nos termos da legislação federal aplicável.

Parágrafo único. O regime transitório previsto nesta Lei não substitui nem dispensa a realização da licitação.

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

CAPÍTULO V

DA AUSÊNCIA DE DIREITOS DECORRENTES DA AUTORIZAÇÃO

Art. 5º. As autorizações concedidas com fundamento nesta Lei possuem natureza precária e revogável, não gerando direito adquirido, estabilidade, preferência ou qualquer expectativa de permanência na prestação do serviço.

Art. 6º. A participação dos atuais autorizatários em eventual procedimento licitatório ocorrerá em igualdade de condições com os demais interessados, não sendo admitida qualquer forma de preferência ou vantagem.

Art. 7º. Os investimentos eventualmente realizados pelos autorizatários durante o regime transitório ocorrerão por sua conta e risco, não gerando direito a indenização ou compensação pelo Município.

CAPÍTULO VI

DA REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 8º. Compete à Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito – SMTT:

I – regulamentar as condições operacionais do serviço;

II – definir itinerários, horários, pontos de embarque e desembarque;

III – estabelecer padrões técnicos e operacionais para os veículos;

IV – fiscalizar a prestação do serviço;

V – aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento das normas.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Art. 9º. A prestação do serviço no período transitório deverá observar:

I – as normas de segurança e acessibilidade;

II – a legislação de proteção aos usuários;

III – as determinações expedidas pela SMTT.

Art. 10. Esta Lei não convalida atos administrativos pretéritos nem afasta a obrigatoriedade de prévia licitação para a **delegação regular da prestação do serviço público de transporte coletivo**.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Estância/SE, 10 **de** Abril **de 2026.**

CRISTÓVÃO FREIRE DOS SANTOS
Prefeito em exercício do Município de Estância/SE

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Via de Autógrafo do Projeto de Lei nº 38/2026, de autoria do Poder Executivo, aprovado pela Câmara Municipal na Sessão Extraordinária no dia 07/04/2026.

Estância, 10 de Abril de 2026

LEI Nº 2.566

DE 10 DE ABRIL DE 2026.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE NA TABELA DE TARIFAS DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ALTERNATIVO DE PASSAGEIROS EXECUTADO NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE NOS PERCURSOS DAS LINHAS 001 E 002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA, ESTADO DE SERGIPE, CRISTÓVÃO FREIRE DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do artigo 80, inciso II da Lei Orgânica Municipal,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica reajustada a tabela de tarifas cobradas pela prestação de serviço de transporte alternativo de passageiros executado no Município de Estância/SE nos percursos das linhas 001 e 002.

§1º. As tarifas do serviço de transporte alternativo de passageiros executado no Município de Estância/SE nos percursos das linhas 001 e 002 obedecerão aos valores estabelecidos na tabela abaixo:

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

PERCURSO	TARIFA ATUAL	TARIFA REAJUSTADA
Linha 001 – Trajeto Urbano/Cidade	R$3,00	**R$ 3,60**
Linha 002 – Trajeto Praias		
Estância – Rio Fundo	R$5,40	**R$ 6,48**
Estância – Posto Policial	R$6,60	**R$ 7,92**
Estância – Zé do Baião	R$7,80	**R$ 9,36**
Estância – Abais – Ribuleirinha	R$8,40	**R$ 10,08**
Estância – Bar do Marisco	R$7,20	**R$ 8,64**
Estância – Porto do Mato	R$10,20	**R$ 12,24**
Estância – Ribuleirinha	R$8,40	**R$ 10,08**
Estância – Massadiço	R$9,00	**R$ 10,80**
Estância – Praia da Dunas	R$11,40	**R$ 13,68**
Estância – Praia do Saco	R$10,20	**R$ 12,24**

§2º – Fica fixado ao trajeto de pequena distância da linha 002, a tarifa mínima de **R$ 4,40**.

Art. 2º - O reajuste das tarifas do serviço de transporte alternativo de passageiros executado no Município de Estância/SE ocorrerá anualmente, tomando-se por base a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurada no período de 12 (doze) meses, tendo como data-base o mês de abril de cada ano, sendo formalizado por ato do Poder Executivo.

§1º - O Poder Executivo poderá, mediante decisão devidamente fundamentada em razões de interesse público, excepcionalmente:

I – postergar a aplicação do reajuste;
II – aplicar percentual inferior ao índice apurado;
III – adotar medidas compensatórias para assegurar a modicidade tarifária.

§2º - O reajuste deverá observar, cumulativamente:

I – a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da prestação do serviço;
II – o princípio da modicidade tarifária;
III – as condições socioeconômicas dos usuários.

§3º - Os valores reajustados serão divulgados por meio de tabela atualizada, a ser publicada nos canais oficiais do Município, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da sua vigência.

Praça Barão do Rio Branco, N.º 76 – Centro – Estância/SE
Fone: (79) 3522-1143

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

§4º - Os valores tarifários poderão ser arredondados para facilitar a operacionalização da cobrança, observados critérios objetivos definidos em ato do Poder Executivo.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.213 de 23 de novembro de 2021.

Gabinete do Prefeito do Município de Estância/SE, 10 de Abril de 2026.

CRISTÓVÃO FREIRE DOS SANTOS
Prefeito em exercício do Município de Estância/SE

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Via de Autógrafo do Projeto de Lei nº 39/2026, de autoria do Poder Executivo, aprovado pela Câmara Municipal na Sessão Extraordinária no dia 07/04/2026.

Estância, 10 **de** Abril **de 2026.**

LEI Nº 2.567

DE 10 **DE** ABRIL **DE 2026.**

ALTERA OS ARTIGOS 2º E 3º DA LEI Nº 2.462 DE 12 DE JUNHO DE 2025, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR UM TERRENO AO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS DE ESTÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA, ESTADO DE SERGIPE, CRISTÓVÃO FREIRE DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do artigo 80, inciso II da Lei Orgânica Municipal,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – O art. 2º, da Lei nº 2.462 de 12 de junho de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

> **Art. 2º** – O imóvel objeto da presente doação deverá ser destinado exclusivamente, à implantação de um restaurante estudantil do IFS – Campus Estância.

Praça Barão do Rio Branco, N.º 76 – Centro – Estância/SE
Fone: (79) 3522-1143

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Art. 2º. O art. 3º, da Lei nº 2.462 de 12 de junho de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

> **Art. 3º** – A doação de que trata esta Lei ficará sujeita à cláusula de reversão, caso não seja cumprido o disposto no art. 2º no prazo de 1 (um) ano, contado da publicação desta Lei, mediante o efetivo início da obra.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Estância/SE, 10 **de** Abril **de 2026.**

CRISTÓVÃO FREIRE DOS SANTOS
Prefeito em exercício do Município de Estância/SE

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Via de Autógrafo do Projeto de Lei nº 40/2026, de autoria do Poder Executivo, aprovado pela Câmara Municipal na Sessão Extraordinária no dia 07/04/2026.

Estância, 10 **de** Abril **de 2026**

LEI Nº 2.568

DE 10 **DE** ABRIL **DE 2026.**

ALTERA O ART. 4º DA LEI Nº 2.559 DE 26 DE MARÇO DE 2026 – INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA/SE, O COMITÊ MUNICIPAL DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE CUIDADO E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA – CMRPC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA, ESTADO DE SERGIPE, CRISTÓVÃO FREIRE DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do artigo 80, inciso II da Lei Orgânica Municipal,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – O art. 4º, da Lei nº 2.559 de 26 de março de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

Praça Barão do Rio Branco, N.º 76 – Centro – Estância/SE
Fone: (79) 3522-1143

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Estado de Sergipe
Município de Estância

Art. 4º. O Comitê Municipal de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência – CMRPC deverá ser composto por 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente, das seguintes secretarias, órgãos e entidades:

I – Secretaria Municipal da Assistência Social;

II – Secretaria Municipal da Educação;

III– Secretaria Municipal da Saúde;

IV – Secretaria Municipal da Defesa Social e Cidadania;

V – Conselho Tutelar I;

VI – Conselho Tutelar II;

VII – Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes;

VIII – 02 (dois) representantes de Entidades não governamentais Quilombolas e Indígenas;

IX – Hospital Regional Dr. Jessé de Andrade Fontes;

X – Coordenação do AEPETI – Articulação de Erradicação do Trabalho Infantil;

XI – Casa Acolhedora Zilda Arns.

§1º. Poderão ser convidadas a compor o referido Comitê, mediante a indicação de **01 (um) representante titular** e **01 (um) representante suplente**, as seguintes instituições:

I – Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis;

II – Promotoria da Infância e da Juventude;

III – Vara da Infância e da Juventude.

§2º. A composição nominal dos representantes do CMRPC será formalizada por decreto do Chefe do Poder Executivo, após a indicação das respectivas Secretarias, órgãos e entidades.

Praça Barão do Rio Branco, N.º 76 – Centro – Estância/SE
Fone: (79) 3522-1143

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

§3º. O mandato dos membros do CMRPC será de 02 (dois) anos, prorrogável por igual período.

§4º. Os membros poderão ser substituídos a qualquer tempo, mediante nova indicação da Secretaria, órgão ou entidade que representem.

§5º. A participação no CMRPC será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Estância/SE, 10 de Abril de 2026.

CRISTOVÃO FREIRE DOS SANTOS
Prefeito em exercício do Município de Estância/SE

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Via de Autógrafo do Projeto de Lei nº 43/2026, de autoria do Poder Executivo, aprovado pela Câmara Municipal na Sessão Extraordinária no dia 08/04/2026.

Estância, 10 **de** Abril **de 2026**

LEI Nº 2.569

DE 10 **DE** ABRIL **DE 2026.**

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR BEM IMÓVEL ATRAVÉS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E/OU JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA, ESTADO DE SERGIPE, CRISTÓVÃO FREIRE DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do artigo 80, inciso II, da Lei Orgânica Municipal de Estância/SE

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Estância/SE autorizado a adquirir, através de desapropriação, por via amigável e/ou judicial, o imóvel situado na Rua Limoeiro, atualmente denominada Rua Riachuelo, nº 556, Bairro São Jorge, neste Município, registrado sob a Matrícula nº 8.991, com registros/averbações sob os nºs 1 e 2, constante do Livro 2 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Estância/SE, conforme certidão imobiliária de inteiro teor.

Praça Barão do Rio Branco, N.º 76 – Centro – Estância/SE
Fone: (79) 3522-1143

Cristóvão Freire dos Santos
PREFEITO EM EXERCÍCIO
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

Estado de Sergipe
Município de Estância

Pedro Kaique Freire Menezes
Presidente da Câmara
Municipal de Estância

Art.2º. O imóvel de que trata o art. 1º desta Lei destina-se à implantação de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e de uma Creche no Município de Estância/SE, tendo sua utilidade pública sido declarada por meio do Decreto nº 9.471, de 27 de março de 2026.

Art. 3º. O valor a ser pago pelo imóvel de que trata o art. 1º desta Lei é de R$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), estando dentro do preço do mercado, conforme avaliação em anexo.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de recursos próprios do Município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Estância/SE, 10 de abril de 2026.

CRISTÓVÃO FREIRE DOS SANTOS
Prefeito em exercício do Município de Estância/SE

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Registro de Imóveis - Comarca de Estância - Estado de Sergipe
Rua João Joaquim de Souza, no 48, Centro
Telefone: (079) 3522-1771. E-mail: extra. 2estancia@tjse.jus.br
SÉRGIO ABI-SÁBER RODRIGUES PEDROSA
Oficial Titular

CERTIDÃO

Sérgio Abi-Sáber Rodrigues Pedrosa, Oficial Titular do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Estância, Estado de Sergipe, na forma da Lei.

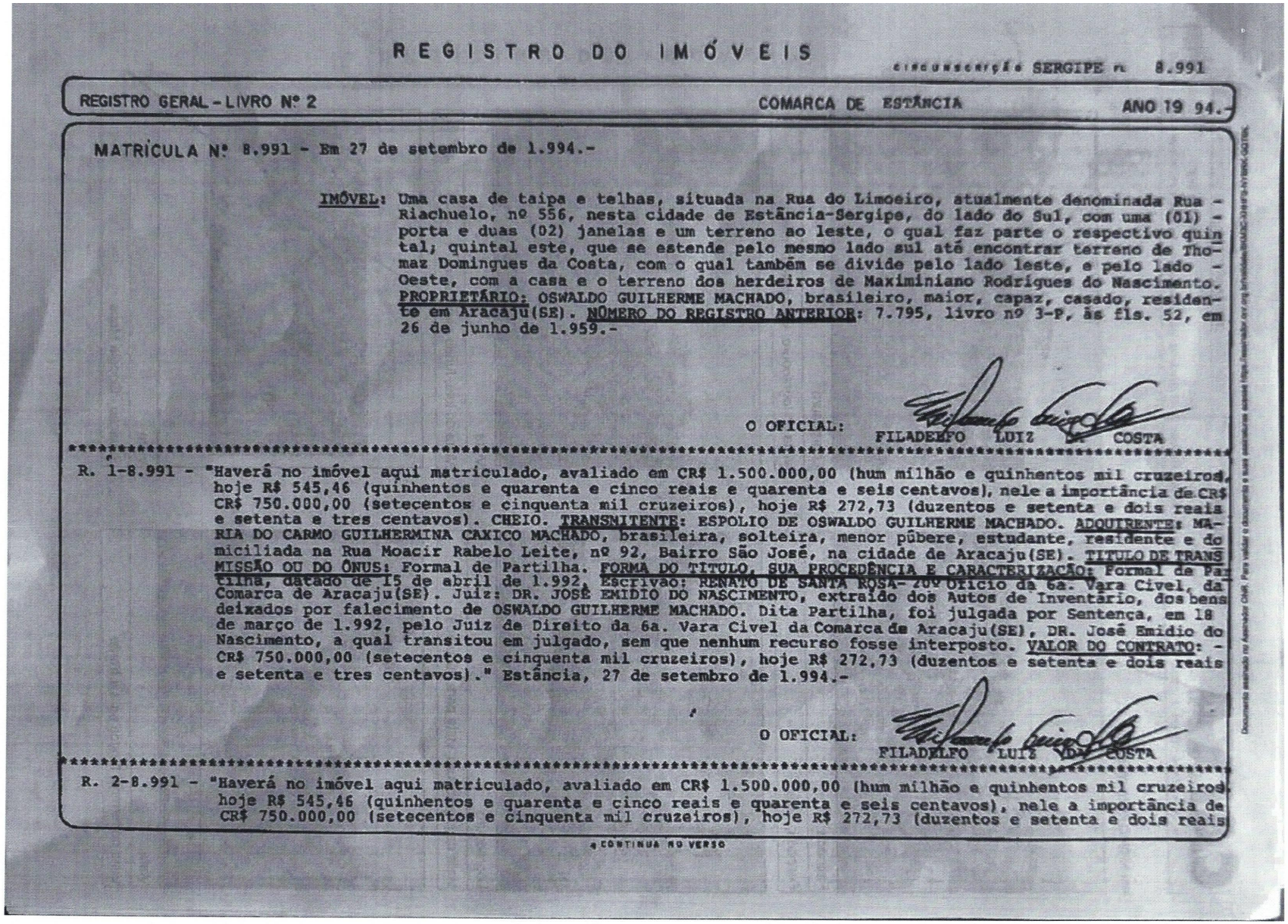
Certifico e dou fé que, revendo os Livros de Registros de Imóveis existentes neste Cartório deles constam no **Livro 2,** a **Matrícula 8.991 com atos de registros/averbações nº 1 à 2,** cujo inteiro teor, constante das cópias reprográficas anexas, fazem parte integrante desta certidão, extraída de acordo com ao artigo 19, §1º da Lei 6.015/73, e, dela **NÃO CONSTAM** ônus reais ou ações reais e reipersecutórias que gravem o imóvel. O referido é verdade e dou fé. Estância/SE, 06 de Fevereiro de 2026. Emolumentos: R$ 87,69. Ferd: R$ 17,54. Valor Rateio Cartório: R$ 74,09. Valor Rateio Ferd: R$ 17,45. Valor Rateio Judiciário: R$ 8,51. Valor Rateio Fundo: R$ 4,58. Guia: 206260001205.

VÁLIDO SOMENTE COM SELO DIGITAL

Selo Digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de Sergipe
2º Ofício da Comarca de Estância
06/02/2026 13:41
https://www.tjse.jus.br/x/JPQNXY
ZD26295220001020

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE ESTÂNCIA
CNPJ: 08.804.580/0001-81
Sérgio Abi-Sáber Rodrigues Pedrosa - Oficial
Marielly Carvalho Leal - Escrevente
Fone: (79) 3522-1711 Estância - Sergipe

Documento assinado no Assinador ONR. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.onr.org.br/validate/8KM3C-XHHFS-NYBRK-GQT6K



REGISTRO DO IMÓVEIS

circunscrição SERGIPE fl. 8.991

REGISTRO GERAL - LIVRO Nº 2 — COMARCA DE ESTÂNCIA — ANO 19 94.-

MATRÍCULA Nº 8.991 - Em 27 de setembro de 1.994.-

IMÓVEL: Uma casa de taipa e telhas, situada na Rua do Limoeiro, atualmente denominada Rua - Riachuelo, nº 556, nesta cidade de Estância-Sergipe, do lado do Sul, com uma (01) - porta e duas (02) janelas e um terreno ao leste, o qual faz parte o respectivo quintal; quintal este, que se estende pelo mesmo lado sul até encontrar terreno de Thomaz Domingues da Costa, com o qual também se divide pelo lado leste, e pelo lado - Oeste, com a casa e o terreno dos herdeiros de Maximiniano Rodrigues do Nascimento. PROPRIETÁRIO: OSWALDO GUILHERME MACHADO, brasileiro, maior, capaz, casado, residente em Aracaju(SE). NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR: 7.795, livro nº 3-P, às fls. 52, em 26 de junho de 1.959.-

O OFICIAL: FILADELFO LUIZ DA COSTA

R. 1-8.991 - "Haverá no imóvel aqui matriculado, avaliado em CR$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), hoje R$ 545,46 (quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), nele a importância de CR$ CR$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros), hoje R$ 272,73 (duzentos e setenta e dois reais e setenta e tres centavos). CHEIO. TRANSMITENTE: ESPOLIO DE OSWALDO GUILHERME MACHADO. ADQUIRENTE: MARIA DO CARMO GUILHERMINA CAXICO MACHADO, brasileira, solteira, menor púbere, estudante, residente e domiciliada na Rua Moacir Rabelo Leite, nº 92, Bairro São José, na cidade de Aracaju(SE). TITULO DE TRANSMISSÃO OU DO ÔNUS: Formal de Partilha. FORMA DO TITULO, SUA PROCEDÊNCIA E CARACTERIZAÇÃO: Formal de Partilha, datado de 15 de abril de 1.992, Escrivão: RENATO DE SANTA ROSA- 2º Ofício da 6a. Vara Civel, da Comarca de Aracaju(SE). Juiz: DR. JOSÉ EMIDIO DO NASCIMENTO, extraido dos Autos de Inventário, dos bens deixados por falecimento de OSWALDO GUILHERME MACHADO. Dita Partilha, foi julgada por Sentença, em 18 de março de 1.992, pelo Juiz de Direito da 6a. Vara Civel da Comarca de Aracaju(SE), DR. José Emidio do Nascimento, a qual transitou em julgado, sem que nenhum recurso fosse interposto. VALOR DO CONTRATO: - CR$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros), hoje R$ 272,73 (duzentos e setenta e dois reais e setenta e tres centavos)." Estância, 27 de setembro de 1.994.-

O OFICIAL: FILADELFO LUIZ DA COSTA

R. 2-8.991 - "Haverá no imóvel aqui matriculado, avaliado em CR$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), hoje R$ 545,46 (quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), nele a importância de CR$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros), hoje R$ 272,73 (duzentos e setenta e dois reais

CONTINUA NO VERSO

Documento assinado no Assinador GNR. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.ant.org.br/validar/IMOBC-33181F3-AYBRK-QGTBA.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: M0M2NZYZOEMWODEZRTHENE
Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

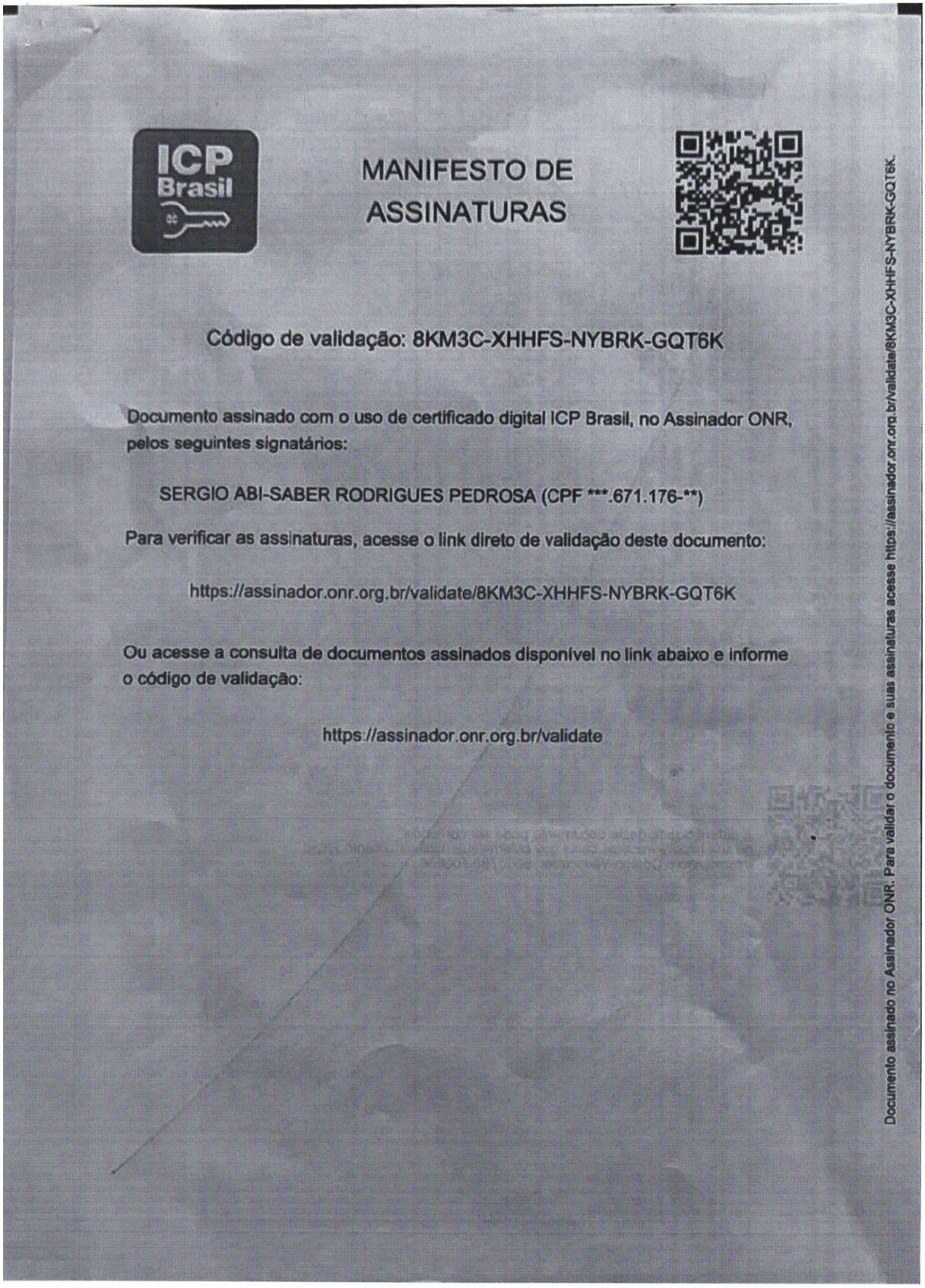
REGISTRO DO IMÓVEIS

REGISTRO GERAL - LIVRO Nº 2 | COMARCA DE | ANO 19

MATRÍCULA Nº e setenta e tres centavos). CHEIO. TRANSMITENTE: ESPOLIO DE OSWALDO GUILHERME MACHADO. ADQUIRENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO GUILHERMINA MACHADO, brasileira, maior, capaz, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Moacir Rabelo Leite, nº 92, Bairro São José, na cidade de Aracaju(SE). TITULO DE TRANSMISSÃO OU DO ÔNUS: Formal de Partilha. FORMA DO TITULO, SUA PROCEDÊNCIA E CARACTERIZAÇÃO: Formal de Partilha, datado de 15 de abril de 1.992. Escrivão: RENATO DE SANTA ROSA- 2ºo Ofício da 6a. Vara Cível da Comarca de Aracaju(SE). Juiz: DR. JOSÉ EMIDIO DO NASCIMENTO, extraído dos Autos de Inventário, dos bens deixados por falecimento de OSWALDO GUILHERME MACHADO. Dita Partilha, foi julgada por Sentença, em 18 de março de 1.992, pelo Juiz de Direito da 6a. Vara Cível da Comarca de Aracaju-Sergipe, DR. José Emidio do Nascimento, a qual transitou em julgado, sem que nenhum recurso fosse interposto. VALOR DO CONTRATO: CR$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros) hoje R$ 272,73 - (duzentos e setenta e dois reais e setenta e tres centavos).- Estância, 27 de setembro de 1.994.-

O OFICIAL:
FILADELFO LUIZ COSTA

CONTINUA NO VERSO



ICP Brasil

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: 8KM3C-XHHFS-NYBRK-GQT6K

Documento assinado com o uso de certificado digital ICP Brasil, no Assinador ONR, pelos seguintes signatários:

SERGIO ABI-SABER RODRIGUES PEDROSA (CPF ***.671.176-**)

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://assinador.onr.org.br/validate/8KM3C-XHHFS-NYBRK-GQT6K

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://assinador.onr.org.br/validate

Documento assinado no Assinador ONR. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.onr.org.br/validate/8KM3C-XHHFS-NYBRK-GQT6K.